

ATA DA 14º SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA **ESTADO** DO AMAZONAS. LEGISLATIVA DO LEGISLATURA. 3° SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS. DE MARÇO DE 2025. PRESIDENTE: DEPUTADO JOÃO LUIZ

Às nove horas e trinta minutos do dia treze de março do ano dois mil e vinte e cinco, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar ROBERTO CIDADE, com a presença dos Deputados: Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Carlinhos Bessa, Comandante Dan, Cristiano D'Ângelo, Daniel Almeida, Débora Menezes, Doutor George Lins, Felipe Souza, Joana Darc, João Luiz, Mário César Filho, Mayra Dias, Sinésio Campos e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Cabo Maciel, Alessandra Campêlo, Delegado Péricles, Doutor Gomes, Rozenha, Thiago Abrahim, Wanderley Monteiro tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 2, 63, 50, 18, 47, 42 e 16/2025, respectivamente, e a Deputada Doutora Mayara encontra-se em licença-maternidade conforme Memorando n.º 35/2025. Na Fase Preliminar, sem EXPEDIENTE a relatar, o Deputado Comandante Dan deu boas-vindas aos vigilantes presentes na galeria do plenário reivindicando pagamentos salariais atrasados e relatou que recebeu ontem a visita do Vereador Raione do Município de São Gabriel da Cachoeira anunciando que hoje faria uma Cessão de Tempo em prol da Comissão que veio do Município para discorrer sobre a Estrada Camanaus que estaria abandonada. Em outro tema, explicou que este ano já esteve em quarenta e quatro municípios do Amazonas e detectou uma série de problemas na área de segurança pública, inclusive com delegacias sem pessoal e com uma estrutura precária. Concluiu discorrendo um pouco sobre a sua Coluna na imprensa chamada "Circo, Ilusão e Nada de Solução".



Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado JOÃO I III7 DOCUMENTO DIGITAL Nº 2025.10000.00000.9.012100:

Como comindo

orador, o Deputado Wilker Barreto esclareceu que os vigilantes presentes na galeria do plenário estariam com os salários atrasados porque virou 'normal" o Governador atrasar os pagamentos e cobrou da Casa uma atitude mais eficaz já que o Orçamento do Estado só tende a aumentar. Clarificou que o Governo não estaria honrando os contratos terceirizados e que são mais de mil famílias com dificuldade. Questionou a falta de respostas dos Órgãos públicos e protocolou dois requerimentos convocando os Secretários de Saúde e de Segurança, já que os atrasos estariam ocorrendo com os vigilantes vinculados a essas Secretarias. Neste momento, voltou à Presidência o Deputado Roberto Cidade que transpôs os trabalhos ao Grande Expediente continuando na tribuna o Deputado Wilker Barreto que considerou um desrespeito aos trabalhadores e mencionou que as Secretarias desmoralizam a Casa ao não responder aos ofícios parlamentares. Afirmou que esse atraso seria uma forma de nova escravidão, já que trabalhar e não receber é serviço escravo e ponderou que o cargo de vigilante põe em risco a vida dos funcionários. Salientou que consiste em falta grave os Secretários não responderem aos expedientes da Assembleia e prometeu não desistir pedindo que todos os deputados pudessem assinar o requerimento convocando os Secretários. De imediato, o Presidente Roberto Cidade propôs que fosse feita uma Comissão de parlamentares para se reunir com o Líder do Governo, Deputado Felipe Souza, e os representantes dos vigilantes a fim de debater a situação e se colocou à disposição para ajudar. Como próximo orador, o Deputado João Luiz reclamou mais uma vez das condições precárias da BR 319 onde os caminhões e carretas de alimentos perecíveis e cargas vivas estariam tendo prejuízos e evidenciou que fez uma viagem na rodovia visando verificar de perto o sofrimento de quem precisa trafegar pelo local. Mostrou algumas placas que demonstram a falta de compromisso do Governo Federal com a BR e pontuou quais seriam os dilemas enfrentados para concluir a obra enfatizando que o corte de recursos por parte do Presidente da República, anunciado no dia de ontem, para a pavimentação de rodovias da Região Norte seria algo preocupante. Em aparte, o Deputado Roberto Cidade parabenizou o Deputado João Luiz por usar o seu feriado de Carnaval para fiscalizar a BR 319 e explicou que entrou em contato com o Superintendente do DNIT que se comprometeu estar no dia 20 de março na Casa sugerindo uma reunião com todos os Deputados e Audiência Pública sobre o assunto. Acolhido o aparte, o Deputado João Luiz afirmou que a BR 319 é um pleito coletivo por se tratar do desenvolvimento do Estado e da diminuição dos custos dos alimentos. Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado ADILITO



AFONSO. Com a palavra, o Deputado Roberto Cidade parabenizou o Deputado Sinésio Campos pelo sucesso da Banda do Gigante no Carnaval e anunciou o cronograma do Concurso Público que vai haver na Assembleia este ano. Garantiu que a Instituição escolhida para fazer as provas vai ser séria, com a previsão de que as provas ocorram em novembro com cem vagas para chamamento imediato e duzentas vagas para cadastro reserva, sendo dessas cem vagas, quarenta destinada ao ensino médio e sessenta ao ensino superior. Em aparte, os Deputados: Sinésio Campos declarou que se houvesse cem eleições na Casa, o Deputado Roberto Cidade seria eleito Presidente e parabenizou pelo anúncio ressaltando o planejamento e a execução do Certame, lembrando que o último concurso foi há quatorze anos; Wilker Barreto elogiou o Presidente Roberto Cidade por permitir que cada Deputado desempenhasse seu trabalho a contento e mencionou que esteve em Lábrea recentemente para mediar o pagamento dos salários dos servidores da saúde que estariam atrasados. Exaltou o anúncio do concurso e ratificou que a Casa sempre esteve dentro da lei, por isso o Ministro Zanin validou a eleição da Mesa Diretora; João Luiz também parabenizou o Presidente e salientou o trabalho brilhante à frente da Presidência; Doutor George Lins considerou o concurso público um marco na gestão do Presidente e assegurou que o certame traz uma estabilidade financeira e uma oportunidade à população de melhores empregos e renda; Carlinhos Bessa também manifestou a sua alegria pela vitória no Supremo Tribunal Federal que decidiu, de forma justa e constitucional, pela legalidade da Mesa Diretora da Assembleia e elogiou a atitude de fazer o concurso público que vai gerar emprego e renda à população. Pontuou também que poderia haver um mecanismo em que as pessoas de fora do Estado não possam fazer o concurso, passar e, logo depois, largar o cargo porque isso prejudica o povo daqui e sugeriu que a Escola do Legislativo fizesse um Curso Preparatório para oferecer à população a fim de preparar para o concurso; Comandante Dan fez referência positiva à gestão do Presidente e comemorou a realização do concurso público considerando um exemplo a ser seguido; Joana Darc expressou felicidade pelo concurso e lembrou que ser aprovada no concurso público da Procuradoria do Município foi um marco em sua vida. Agradeceu também a futura instalação na Casa de um Centro de Saúde voltado aos autistas e sugeriu que houvesse vagas no concurso para profissionais que trabalham com autistas e com animais como médicos veterinários; Adjuto Afonso manifestou a sua alegria com a decisão do Supremo Tribunal Federal mantendo a Mesa Diretora e elogiou a atitude do Presidente ao fazer o novo



concurso. Concordou com o Deputado Carlinhos Bessa no sentido de limitar as vagas para candidatos de outros Estados, visto que acabam sendo aprovados e não ficam no cargo. Acolhidos os apartes, o Deputado Roberto Cidade pediu que todos os Deputados assinassem o Termo de Compromisso do Lançamento do Concurso Público da Assembleia e fez uma foto oficial com os parlamentares presentes. Convidou os vereadores de São Gabriel da Cachoeira presentes em plenário a comparecerem ao Feclam nos dias 3 e 4 de abril. Recordou que a Universidade do Estado do Amazonas/UEA teve esse problema com candidatos de fora do Estado e a Assembleia em parceria com o Governador e o Reitor da UEA conseguiram uma solução, inclusive já comprovada neste último vestibular. Após, os Deputados Adjuto Afonso, Cristiano D'Ângelo, Carlinhos Bessa, Comandante Dan, Joana Darc, João Luiz, Mayra Dias e Roberto Cidade assinaram o Termo de Compromisso. Na sequência, o Presidente Adjuto Afonso iniciou a Cessão de Tempo em favor do Vereador Raione Nascimento de São Gabriel da Cachoeira conforme Requerimento n.º 821/2025, de autoria do Deputado Comandante Dan o qual usou a tribuna para explicar que seu objetivo é dar voz ao povo de São Gabriel da Cachoeira e fez algumas ponderações sobre o seu trabalho parlamentar se comprometendo a fazer os expedientes necessários a fim de dar celeridade às reivindicações. Enfatizou que usaria os meios judiciais para ser atendido em seus requerimentos, já que existe lei que obriga os órgãos a responderem o Legislativo. Com a palavra, o Vereador Raione Nascimento citou os Vereadores Zé Carneiro, Armindo e Dudu que o acompanhavam e agradeceu ao Deputado Comandante Dan pela acolhida. Discursou sobre a precariedade da Estrada Camanaus e elencou todos os prejuízos que São Gabriel da Cachoeira passa por causa dessa via. Pediu condições dignas de transporte e mobilidade e solicitou a urgência da pavimentação da Camanaus, pois o povo de São Gabriel da Cachoeira não pode mais esperar. Encerrada a Cessão de Tempo, o Deputado Sinésio Campos usou a tribuna para comunicar que o Vereador José Almir de Nhamundá trouxe uma demanda do Município que foi o fechamento do Matadouro e exigiu que a Prefeita tomasse uma providência, já que a carne consumida no local deve ser irregular, prometendo fazer um requerimento sobre o assunto, sendo o pronunciamento reiterado pelo referido Vereador que acrescentou que o Matadouro fechou dia 19 de fevereiro e a Prefeita alega não haver orçamento para solucionar o problema. Em relação à Estrada de Camanaus, o Deputado Sinésio informou que conversou com o Governador e o Secretário Marcellus Campêlo que garantiram recomeçar a obra em abril Na Ordem do



DOCUMENTO DIGITAL Nº 2025.10000.00000.9.012100:

Dia, o Presidente encaminhou às Comissões 3 Projetos de Lei Ordinária, sendo 1 de autoria do Deputado Felipe Souza, "Institui diretrizes para o incentivo à cultura, arte e artesanato dos povos originários do Amazonas, visando o desenvolvimento do turismo sustentável no Estado."; 1 de autoria do Deputado Mário César Filho, "Institui como prática abusiva a exigência de disponibilização de dados pessoais dos consumidores como condição para a prestação de serviços ou venda de produtos."; 1 de autoria do Deputado Roberto Cidade, "Dispõe sobre a implementação de pontos de encontro para facilitar a localização de pessoas no âmbito do Estado do Amazonas, na forma que especifica". Ato contínuo, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: Mário César Filho n.º 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 804, 807, 808, 809, 810. 811 e 812/2025; **João Luiz n**.° 796, 797 e 798/2025; Comandante Dan n.° 799, 821 e 824/2025; Wilker Barreto n.° 800/2025; Rozenha n.° 801 e 802/2025; **Mayra Dias n**.° 803, 805 e 806/2025; **Adjuto Afonso** n.° 813, 814, 815, 816, 817, 818 e 819/2025; **Débora Menezes** n.° 820/2025; **Roberto Cidade** n.° 822 e 823/2025; Doutor George Lins n.º 825/2025. A caminho do fim, a Pauta de Tramitação foi dada como lida e constou dos Projetos de Lei n.º 175 e 176/2025, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa; Projetos de Lei n.º 177, 178, 179, 180, 181 e 182/2025, de autoria da Deputada Doutora Mayara, (estes em terceiro dia); Projetos de Lei n.º 183 e 184/2025, de autoria da Deputada Débora Menezes; Projeto de Lei n.º 185/2025, de autoria do Deputado Thiago Abrahim; **Projetos de Lei n.º 186 e 187/2025,** de autoria do Deputado Mário César Filho; Projeto de Lei n.º 188/2025, de autoria da Deputada Mayra Dias; Projeto de Lei n.º 189/2025, de autoria do Deputado Rozenha, (estes em segundo dia); Projetos de Lei n.º 190/2025, de autoria do Deputado Cristiano D'Ângelo, "Altera, na forma que especifica, a Lei Promulgada nº 241, de 31 de março de 2015 que 'Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Amazonas, e dá outras providências (curso de Libras para as famílias das pessoas com deficiência auditiva)."; Projetos de Lei n.º 191, 192, 193, 194 e 195/2025, de autoria da Deputada Joana Darc, "Dispõe sobre a promoção e o incentivo às ações de conscientização de profissionais da educação sobre a identificação de sinais das doenças raras nos alunos das unidades de ensino.", "Institui o Mês Fevereiro Roxo Pet.", "Altera a Lei nº 5.069, de 2 de janeiro de 2020 que 'Dispõe sobre a disponibilização por locadoras de veículos, de cadeirinha auxiliar e assento elevado (inclusão de bebê conforto).", "Institui Diretrizes para implantação da



6

PÁGINA 6

Política Estadual de Atendimento para a Síndrome Coronariana Aguda – SCA."; "Altera, na forma que especifica, a Lei nº 6.420, de 18 de setembro de 2023 que 'Torna de interesse em saúde pública o controle reprodutivo de cães e gatos."(inclusão da promoção da guarda responsável)."; Projeto de Lei n.º 196/2025, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, "Dispõe sobre a transparência na divulgação das escalas de atendimento dos profissionais de saúde nas unidades da rede estadual de saúde no Amazonas". (estes em primeiro dia). Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Ordinária de terça-feira à hora regimental. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

